



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012728-85.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Osmar Carlos Risse**
 Requerido: **Vagner Turcci**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter locado imóvel ao réu, bem como que este o desocupou sem quitar diversos alugueis. Almeja à sua condenação a tal pagamento.

O documento de fls. 08/15 cristaliza o contrato firmado entre as partes, assumindo o réu por seu intermédio o cumprimento de obrigações enquanto locatário de determinado imóvel.

Por outro lado, o argumento de que o réu somente "emprestou" o nome a terceira pessoa não o beneficia diante do instrumento aludido, cuja celebração não foi refutada.

Ele poderá nesse contexto quando muito pleitear regressivamente o ressarcimento contra quem repute de direito pelo que aqui porventura despende, sem que isso à evidência importe em exonerar-se da responsabilidade perante o autor com fulcro no referido contrato.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Já a falta de condições financeiras para a solução da dívida não tem o condão de por si só beneficiar o réu na atual fase do processo.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, patenteado o dever do réu.

Num único aspecto, porém, não vinga a postulação exordial, vale dizer, quanto à cobrança de honorários advocatícios (planilha de fl. 02).

Pouco importa a disposição contratual prevendo estipulação dessa natureza em caso de mora no pagamento dos locativos porque de qualquer modo ela permitiria em última análise à condenação vedada expressamente no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95, não podendo bem por isso prosperar.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 10.559,42, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 12 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**